



10179517



08011.000025/2019-12



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Projetos e Processos - DPP

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
8ª REUNIÃO

Data:	21/10/2019	
Local:	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Ed. Sede, 3º andar, Sala 304	
Participantes	Nome	Unidade
1	Alfredo José de Sousa Junqueira	PF
2	Camilla R. Marques	SEOPI
3	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO/SE
4	Claudio Antonio de Almeida Py	AECI
5	Diego Mantovaneli do Monte	DEPEN
6	Fábia Oliveira Martins	AN
7	Gabriel Mendes dos Santos	CGGE/SPO/SE
8	Glauberto Antonio Alvez	CGOF/SPO/SE
9	Hugo Torres do Val	SENAD
10	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
11	José Camilo da Silva	SEOPI
12	Lucas Alexsandro Rodrigues	CGGE/SPO/SE
13	Luis Claudio Laviano	SENASP
14	Mariana Rodrigues Carrijo	AN
15	Paulo Henrique G. da Silva	SENAJUS

16	Priscilla Oliveira	SENASP
17	Rafael Henrique Cerqueira	CGGE/SPO/SE
18	Robson Polito	CGGE/SPO/SE
19	Sandra Neto	SEOPI
20	Silvia Cristina Tida Silva	SENAJUS
21	Suellen Carol Moreno	SENAJUS
22	Vinicius Deprá	SEOPI
23	Wanessa Oliveira	CADE
24	Larissa Costa	AN
25	Fabiano Nogueira Brandão	CGGE/SPO/SE

Pauta	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abertura - melhoria nos questionários; 2. Apresentações; 3. Considerações Finais; 4. Modelo de Declaração de Alinhamento com Política Pública; 5. Relatório Trimestral; e 6. Informe PE, Encaminhamentos e encerramento.
--------------	--

DELIBERAÇÕES

A Sra. Christiane Maranhão, Subsecretária de Planejamento e Orçamento - SPO e coordenadora da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, abriu a 8ª reunião da CT-CGE agradecendo a presença dos participantes e dando início aos trabalhos da Comissão. A Sra. Christiane ainda parabenizou o trabalho realizado pelos membros da CT-CGE ao longo das oficinas de detalhamento de políticas públicas, realizadas nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2019.

A primeira pauta discutida foram as melhorias realizadas nos formulários de detalhamento de políticas públicas com base nas oficinas que aconteceram na 7ª reunião da CT-CGE (ata SEI nº 9894709). A primeira alteração foi em relação à Árvore de Causalidades, que foi transformada em formato de tabela. Em seguida foi apresentada a alteração feita na parte do questionário sobre desenho de políticas, onde foi acrescentada a tabela de análise SWOT, com a finalidade de facilitar a elaboração e análise do conteúdo. O item alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi alocado ao questionário de impacto orçamentário, onde também há o alinhamento com os demais instrumentos de planejamento. No questionário de “Desenho da Política”, o item de impacto ao meio ambiente ficou limitado ao sentido estrito de ecologia: impactos na fauna e na flora e uso sustentável de recursos naturais. Ainda sobre os ODS, a Sra. Christiane informou que será incluído no campo de ajuda do respectivo questionário uma lista com os ODS para facilitar o preenchimento. Foi padronizada a tabela de Matriz de Responsabilidade com a tarefa e o órgão responsável e também foi adotada uma padronização para o modelo lógico, com os campos insumos, processos, produtos, resultados e impactos. O Sr. Rafael Cerqueira, servidor lotado na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, pediu a palavra e informou aos presentes sobre o significado de cada item do “Modelo Lógico”.

O Sr. Rafael informou que foram realizadas alterações nos questionários, adicionando os campos trazidos pelo relatório trimestral em relação aos instrumentos. A informação foi organizada para trazer os itens: tipo de instrumento, parceiro, situação, objeto e emenda parlamentar.

O item “plano de comunicação” foi atualizado. Deixou-se explícito a necessidade de tratar tanto da comunicação interna, no sentido dos meios de comunicação entre os atores, como da comunicação externa, no sentido de marketing e publicidade para a sociedade.

Foi sugerido pelo Sr. Hugo do Val que as informações da Lei Orçamentária Anual - LOA incluíssem a previsão orçamentária para este exercício e para os dois seguintes.

Foi apresentada melhoria no formato de organização da informação do Plano Plurianual - PPA, de forma a explicitar o programa, o objetivo e a meta.

O alinhamento com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – ENDES (12 anos) também foi alocado no questionário 5, onde há o alinhamento com os demais instrumentos de planejamento.

Além disso, o item “Monitoramento e Indicadores”, no questionário número 7, teve a sua organização atualizada, de forma a explicitar, em relação aos indicadores, a fórmula de cálculo, a polaridade, a fonte de coleta e a periodicidade da coleta.

Ainda sobre o questionário número 7, de “Monitoramento, Avaliação e Controle”, em relação ao item de Gestão de Riscos, o Sr. Claudio Py, Assessor Especial de Controle Interno – AECl, recomendou que a CT-CGE passasse a utilizar os formulários elaborados pela AECl (planilha Excel), alinhados com a política de Gestão de Riscos e Controles Internos. Foi acordado que na próxima reunião da CT-CGE será apresentado um formulário simplificado de riscos, mesclando a proposta da AECl e da SPO, para validação por parte dos membros da Comissão.

A segunda pauta da reunião tratou das apresentações dos grupos liderados pelo Arquivo Nacional - AN, pela Secretaria de Operações Integradas - SEOPI e a pela Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS sobre o detalhamento das políticas públicas realizado nas oficinas dos dias 16, 17 e 18/09, equivalentes à 7ª reunião da CT-CGE. As apresentações foram realizadas por representantes das unidades citadas anteriormente, em que foram destacados os principais formulários detalhados e os resultados obtidos.

As políticas detalhadas e apresentadas foram:

1. Política Arquivística do Poder Executivo Federal, Eixo Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), Eixo Preservação do Acervo Arquivístico, e Eixo Difusão e Acesso ao Acervo Arquivístico, do Arquivo Nacional;
2. Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, Eixo Migração Laboral, da SENAJUS; e
3. Política de Integração Operacional, Eixo Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública no Combate ao Crime Organizado na Faixa de Fronteira, da SEOPI.

A Sra. Christiane Maranhão parabenizou as apresentações e informou que será marcada uma sessão para fazer um balanço e uma avaliação sobre as dificuldades encontradas na implementação dos formulários. Além disso, a Sra. Christiane Maranhão informou que as unidades podem apresentar sugestões ao Comitê Interministerial de Governança - CIG ou para a Casa Civil sobre boas práticas que possam ser disseminadas no âmbito do Poder Executivo Federal. O Sr. Diego Mantovaneli do Monte, representante do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, questionou como estão sendo acompanhados os projetos prioritários da Casa Civil. A Sra. Christiane informou que já existe a lista de projetos prioritários e que irá circular um *e-mail* (10174327) com o *link* da lista de projetos e o número do *WhatsApp* para acompanhamento dos projetos, assim que for concedido acesso ao público.

A Sra. Christiane informou aos presentes a respeito da pesquisa enviada ao MJSP pela Casa Civil sobre o Sistema de Governança do MJSP. Tal pesquisa foi enviada para os demais Ministérios e atende à recomendação emanada pelo CIG. Ademais, informou que farão parte da resposta as principais iniciativas vinculadas ao trabalho realizado pela CT – CGE, como: a criação da comissão técnica, relatório trimestral de monitoramento de políticas públicas, fichas de detalhamento de políticas públicas, dentre outros.

Sobre a atualização da Carteira de Políticas Públicas, a Sra. Christiane comunicou que a sugestão de alteração da Carteira por parte da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP foi acatada e que a Carteira será alterada somente no mês de dezembro, por meio de portaria da SPO. Sendo

assim, caso alguma unidade tenha interesse em propor alteração na Carteira, a mesma deverá ser formalizada à SPO até o dia 29/11/2019, que providenciará a publicação de portaria com o novo conteúdo da carteira de políticas públicas.

Sobre o modelo de “Declaração de Alinhamento com Política Pública”, que será utilizado para fazer o controle das transferências voluntárias, a Sra. Christiane frisou que a partir do próximo ano toda a celebração de instrumento de repasse deverá observar o modelo da declaração validado pela CT-CGE (SEI nº 9620689) nos moldes propostos por meio do Ofício Circular nº 26/2019/SPO/SE/MJ, de 13 de setembro de 2019 (SEI nº 9697495), e com a devida assinatura pelo ordenador de despesa. Por fim, informou que o modelo de declaração se encontra disponível no SEI, no botão incluir documento.

A respeito do relatório trimestral, a Sra. Christiane informou que cada unidade deverá escolher uma política para monitorar entre os meses de setembro e novembro, com a apresentação do relatório trimestral piloto no mês de dezembro, até o dia 02/12/2019, inclusive nos casos cujos dados trimestrais ainda estejam pendentes de fechamento e consolidação. Além disso, a Sra. Christiane informou que provavelmente o modelo de relatório será alterado em virtude de sua aplicação piloto no mês de dezembro.

O Sr. Ivan Gomes Bonifácio da Secretária Nacional de Justiça – SENAJUS indicou que terá dificuldade em apresentar o Relatório sobre a Política de Migração Laboral. O Sr. Rafael Cerqueira sugeriu, então, a escolha de uma política que já tenha indicador instituído e monitorado por parte da SENAJUS. A Sra. Christiane informou que fica a critério de cada unidade escolher qual a melhor política para aplicação do relatório. Ademais, a Sra. Christiane informou que o primeiro relatório trimestral não deverá ser apresentado ao Comitê de Governança Estratégica - CGE em 2019, sendo apenas passível de avaliação no âmbito da CT-CGE inicialmente. A partir de 2020 deverá ser apresentado um modelo de relatório ao CGE, conforme descrito na Portaria MJSP nº 86 de 30/01/2019.

Sobre o Planejamento Estratégico - PE, a Sra. Christiane informou que o mesmo encontra-se em processo de validação superior (Secretaria-Executiva – SE e o Gabinete do Ministro – GM) e informou que algumas unidades, ainda estão pendentes de envio de informações, como: SENACON não enviou algumas metas e indicadores; a SENASP e SENAJUS necessitam de ajustes pontuais e o DEPEN informou que fará a revisão de objetivos de projetos e redação das metas. Por fim, informou que haverá uma segunda reunião marcada com a SE e o GM para validar projetos estratégicos, e pediu a priorização dos temas relacionados ao PE a todos os presentes.

Por fim, o Sr. Rafael Cerqueira, servidor da CGGE, informou que irá encaminhar os questionários atualizados e a última versão do relatório trimestral para todos os membros da CT-CGE. A Sra. Fábiana Oliveira Martins, representante do Arquivo Nacional, parabenizou o trabalho realizado pela CT-CGE desde a sua criação. A Sra. Christiane agradeceu novamente a presença de todos e destacou novamente o empenho nas discussões feitas na oficina acreditando terem sido muito produtivas.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Mendes do Santos (Estágio), Estagiário(a)**, em 06/11/2019, às 15:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ferreira Polito, Coordenador(a) de Gestão Estratégica**, em 06/11/2019, às 15:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Alexandro Rodrigues Pinheiro (Estágio), Estagiário(a)**, em 06/11/2019, às 15:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL HENRIQUE CERQUEIRA, Analista de Planejamento e Orçamento**, em 06/11/2019, às 15:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO NOGUEIRA BRANDAO, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**, em 06/11/2019, às 15:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Carrijo, Usuário Externo**, em 06/11/2019, às 17:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo José de Souza Junqueira, Usuário Externo**, em 07/11/2019, às 10:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fábia Oliveira Martins de Souza, Usuário Externo**, em 07/11/2019, às 14:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Wanessa Queiroz de Souza Oliveira, Usuário Externo**, em 08/11/2019, às 12:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILLA RODRIGUES MARQUES, Coordenador(a) Administrativo(a) da DINT**, em 18/11/2019, às 15:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Candida Costa, Usuário Externo**, em 18/11/2019, às 18:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CAMILO DA SILVA, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 19/11/2019, às 10:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 19/11/2019, às 18:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 21/11/2019, às 15:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GLAUBERTO ANTONIO RODRIGUES ALVES, Coordenador(a) de Finanças**, em 21/11/2019, às 19:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Gomes Bonifacio, Gerente de Projeto**, em 25/11/2019, às 17:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Suellen Carol da Costa Sousa Moreno, Chefe da Divisão de Projetos**, em 25/11/2019, às 17:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS CLAUDIO LAVIANO, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 04/12/2019, às 16:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
